



ATA Nº 016 DO DIA 15 DE MAIO DE 2018

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e dezoito com início às dezenove horas, realizou-se na Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT, Paço Municipal José Valverde Filho, sita a Avenida Sergipe mil cento e cinquenta e seis uma Sessão Ordinária, Presidida pelo Vereador Roberto Carlos de Moura auxiliado pelos Vereadores Joel Ramos Barboza e Ademilson Martins Bonfá, Vice Presidente e Segundo Secretário respectivamente. Ao declarar aberta a presente Sessão o Presidente agradeceu a presença de todos e invocou a proteção de Deus. Em seguida o Presidente justificou a ausência do Vereador Sergio Olímpio Giufrida por problemas de Saúde, assumindo a Secretaria o Vereador Ademilson Martins Bonfá que fez a leitura de um Versículo Bíblico. Prosseguindo o Presidente colocou em discussão e votação redação da Ata da Sessão Ordinária do dia oito de Maio de dois mil e dezoito. Ninguém solicitou a palavra. Em votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Presidente fez a leitura da Matéria do Expediente e Ordem do Dia: um Projeto Decreto Legislativo, dois Pareceres, um Requerimento, seis Indicações, três Ofícios, um Comunicado do Ministério da Educação e um Processo. Na Tribuna livre para Cidadãos não houve inscrições, No Pronunciamento do expediente apresentado pelo Poder Executivo Municipal não houve Matéria. Prosseguindo deu início o Pronunciamento do Expediente apresentados pelos Vereadores. Colocou em discussão o Projeto Decreto Legislativo número um de dois mil dezoito de Vereadores Diversos. Ninguém solicitou a palavra. Colocou em discussão os Pareceres números vinte e oito de dois mil e dezoito da Comissão de Justiça e Redação e vinte e nove de dois mil dezoito da Comissão de Finanças, Orçamento e Acompanhamento da Execução Orçamentária. Com a palavra o Vereador Renilso da Silva Senhorinho esclareceu que estiveram reunidos com os Contadores da Câmara Gildomar e da Prefeitura Marluce para analisarem o Processo. Falou da necessidade de colocar os ares condicionados nas escolas e nas creches do Município. Colocou em discussão o Requerimento número dois de dois mil e dezoito da Comissão de Justiça e Redação. Com a palavra o Vereador Renilso da Silva Senhorinho esclareceu que em reunião com os Conselheiros Tutelar e analisando o estudo de impacto encaminhado pelo Poder Executivo Municipal já está no limite prudencial de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Relatou que hoje reuniu com os Conselheiros e pediu um Parecer Jurídico e Contábil para a Assessoria da Ucmmat. Com a palavra o Vereador Jamis Silva Bolandin cumprimentou a todos falou que o projeto é claro, a Lei Federal é bem clara que não pode ultrapassar os 51, 30%. Relatou que segundo o Contador da Câmara já está dentro do limite prudencial, no estudo de impacto já diz, então o mesmo é inconstitucional, o Prefeito tem que achar um jeito de enxugar a folha para que ele possa enquadrar nos 51%. Relatou que pela Lei o Prefeito está irregular ele tem que diminuir, senão lá na frente o Ministério Público e o Tribunal de Contas vai pegar ele. Disse que como o pessoal da prefeitura manda um projeto desse com o limite estourado para a Câmara Municipal, jogam toda responsabilidade para cima dos Vereadores, fica como se os Vereadores não querem aprovar, e não é isso, são leis que lá na frente vai prejudicar a administração. Falou que estão pedindo o Parecer Jurídico da Ucmmat para que tirem mais uma dúvida. Em aparte o Vereador Renilso da Silva Senhorinho disse que tem sobre



o Imposto de Renda, que é uma forma também que o Prefeito pode se utilizar disso, podendo ser desconsiderado da despesa com pessoal, é um fato novo então de acordo com o entendimento do Contador e do advogado da Ucmmat. Ele falou que se for do jeito que está aí, se o Prefeito está mandando para a Câmara é porque ele tem condições de atender os Conselheiros Tutelar. Falou que como Vereador se tiver o Parecer da Ucmmat dizendo que foi a vontade do Prefeito jamais votará contra. Falou que a Lei de Responsabilidade Fiscal é para o gestor, se ele como Gestor não vai ver as condições dele, sua pessoa vai olhar o Contador e votará favorável. O Vereador Jamis Silva Bolandin disse que é favorável ao funcionário, se o Prefeito está mandando ele está sabendo o que vai acontecer lá na frente. Disse que sua pessoa é totalmente a favor do funcionário, mas lá na frente pode acontecer um problema e a justiça pode fazer eles devolverem o dinheiro. Falou que devem tomar cuidado para não prejudicar o funcionário. Em aparte o Vereador Ademilson Martins Bonfá disse achar que o funcionário não será prejudicado, porque a responsabilidade não está em cima dele, desde que o Prefeito mandou o projeto para a Câmara, a Câmara está aqui para fiscalizar, pode cair em cima do Prefeito e da Câmara. O Vereador Jamis Silva Bolandin falou que se um projeto desse irregular for aprovado, lá na frente quem vai responder é o Gestor e a justiça pode fazer o funcionário devolver o valor que recebeu. Falou que devem tomar cuidado, vão aguardar o Parecer da Ucmmat o Contador da Câmara já disse verbalmente que seu Parecer é contrário, que o Prefeito tome outras medidas, pode enxugar a folha para enquadrar, ou outra opção é a questão da receita Federal pode abater. Falou que devem tomar cuidado porque sua pessoa não quer prejudicar a administração e nem o funcionário. Com a palavra o Vereador Joel Ramos Barboza cumprimentou a todos falou que nessa discussão vê como está a Câmara, como fiscalizador ou aceitar o que vem do Prefeito. Falou que a Câmara é fiscalizadora e a LRF é clara está mais de um ponto acima do que estabelece a Lei na questão de contratação e remuneração. A Câmara está observando e o Contador da Câmara dá Parecer contrário. Falou que seria simples por parte do Prefeito ele adequar e fazer um compromisso por escrito onde ele vai cortar futuramente, apontando, para que atenda e caia esse percentual e assim ele pode dar aumento de salário, fazer contratações, ou por meio de empresas terceirizadas, enfim, que não entra na folha. Falou que a própria Contadora da Prefeitura já aponta em seu Parecer. Falou sobre a questão da Previdência nossa que o gestor está se safando de um Processo e o Conselho que parecia que não tinha nada a ver está respondendo e indo a julgamento. Falou que a Câmara tem que ver bem e tratar com carinho essas questões. Com a palavra o Vereador José Olímpio de Melo cumprimentou a todos falou que fica pensando a Câmara é o órgão fiscalizador, mas ela não é obrigada ficar em maus lençóis não, o Prefeito sabe muito bem das responsabilidades dele, o projeto veio para cá, porque a prefeitura tem condições de pagar, e ele vai ter condições de mover peças para que saia do limite de prudência. Então se o Prefeito mandou, não está aqui para prejudicar funcionário não, se mandou tem seu voto. Defender funcionário, criar circunstancia para as pessoas melhorarem, esses meninos que estão requerendo vocês não sabem o que esse povo faz a noite por aí. Disse que perdem noite de sono, sofrem ataque, pressão, eles ficam no meio do fogo cruzado. Falou que o Prefeito sabe o que está fazendo, inclusive eles tem a anuência do Ministério Público, podem ficar tranquilos, não precisam ficar segurando projeto aqui que beneficia funcionário não, eles precisam e trabalham muito. Falou que se no estudo de impacto está acima ele que se



vira, tirar das costas dele e colocar nas costas dos Vereadores, não quer nem saber, vota a favor dos funcionários, vota para aprovar o projeto. Com a palavra o Vereador Jamis Silva Bolandin disse que ninguém aqui é contra o Conselho Tutelar, pelo contrário são a favor, mas a folha de impacto está mostrando que lá na frente vai acontecer, está mostrando está acima de 52%. Falou que é inconstitucional aprovar um projeto desse. Disse que reuniram os Conselheiros e as Comissões e foram bem claros eles entenderam. Em aparte o Vereador Joel Ramos Barboza disse que se fosse assim não precisavam pedir o estudo de impacto, o projeto veio sem o estudo, pediram para que? O Vereador Jamis Silva Bolandin disse que o estudo está claro que lá na frente irá prejudicar a administração e o funcionário. Disse que os funcionários do Conselho Tutelar merecem muito mais, sua pessoa quer ajudar, nunca foi contra nenhum funcionário, o funcionário tem que ganhar bem, no caso do Conselho Tutelar tem que dobrar o salário deles. Com a palavra o Vereador Renilso da Silva Senhorinho cumprimentou a todos falou que o Prefeito em si lá para junho ou julho ele tem mecanismos para fazer o que for necessário para abaixar a folha, ele pode mandar alguém embora, mas nesse momento ele mandou um projeto para a Câmara para conceder o aumento do plantão para os Conselheiros Tutelar, ele tem diversas ferramentas, entre elas o IRRF com certeza ele não está usando ainda, que é uma saída que o Tribunal e Contas deu para o Governador, então tem uma serie de mecanismo que pode utilizar. Falou que jamais será contra o funcionalismo, não está dizendo que o Jamis é contra o funcionário ele está falando da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas no momento hoje está nesse ponto, lá para junho ou julho ele cria um mecanismo, no ano passado ele mandou embora três ou quatro funcionários de alto escalão para se organizar perante o Tribunal de Contas. Falou que nesse momento jamais poderá deixar de ajudar uma classe que depende daquilo. Falou que sua pessoa jamais se furtará de apoiar uma classe que é o Conselho Tutelar. Se a Assessoria da Ucmmat mandar o Parecer favorável terá seu voto. Em aparte o Vereador Joel Ramos Barboza disse que ninguém é contra, queriam que o Prefeito mandasse o apontamento, porque até a Contadora aponta em seu Parecer colocando recomendações ao Prefeito para aumentar a arrecadação ou reduzir das despesas pessoais para o atendimento da LRF, ela aponta e joga para a Câmara, então a Câmara deveria pedir ao Prefeito que aponte o que a Contadora cita, ai sim aprovam. O Vereador Renilso da Silva Senhorinho disse que o Prefeito tem até Julho e Agosto para ver isso, lá na frente ele pode ver com calma onde ele vai retirar. Em aparte o Vereador Jose Olimpio de Melo disse que se o Prefeito tem a Assessoria Contábil dele ela aponta para ele tomar cuidado com certos tipos de problemas que pode acontecer, por que mandou o projeto para a Câmara? Porque o Prefeito autorizou mandar. O projeto veio para a Câmara analisar e aprovar. Então ele vai se virar, vão aprovar o projeto a responsabilidade é dele, o limite vai estourar para ele, quem vai pagar as consequências é ele. Disse que vota a favor do projeto, porque mesmo a assessoria falando que estava acima do limite ele mandou, então ele sabe o que fazer. Falou que agora entra o dinheiro dos impostos e no mês de Julho abaixa a folha e sobe os recursos da prefeitura, ele está dentro do contesto e sabe o que está fazendo, ele vem de três gestões. O Vereador Jamis Silva Bolandin disse que o Contador explicou que se caso um projeto desse seja aprovado, o Prefeito vai se responsabilizar e o funcionário pode arcar com a devolução dos valores recebidos de aumento, até falaram isso para eles na hora e eles disseram que isso nem pensar. Com a palavra o Vereador Francisco das Chagas de Sousa cumprimentou a todos



sugeriu ao Presidente que fosse ao Tribunal e Contas e tirasse a dúvida lá, mesmo ligando eles esclarecem e que o Prefeito apontasse onde iria mexer, para depois não terem que explicar ao Tribunal de Contas, porque também serão responsabilizados. Falou que devem fazer o que é bom para os funcionários para que eles não tenham que devolver, isso custará caro para eles e para o Prefeito. O Presidente passou a Presidência ao Vice Presidente. Com a palavra o Vereador Roberto Carlos de Moura cumprimentou a todos agradeceu a todos que falaram, e concorda em alguns pontos quando se fala em impacto de folha, lembra que foram um dos primeiros impasses que teve nessa Casa na Gestão passada, muitos projetos não vinham com o estudo de impacto de folha e como Presidente da Comissão de Finanças na época pediu que todos os projetos que viessem que tivessem o estudo de impacto para que os Vereadores pudessem ter o acompanhamento. Falou que foi colocado que 51,30% é o limite prudencial, foi colocado no estudo acima de 52% significa que o Prefeito já ultrapassou o prudencial, mas também há de convir que o Prefeito tem o planejamento da administração. Falou que no ano passado em abril o Contador colocou em audiência pública que estava quase 57% o impacto de folha o Prefeito demitiu, reduziu salários, horas extras, abaixou o índice e no final chegou em quase 49%. Falou que o impacto de folha nada mais é que o indicativo para o Prefeito tomar cuidado, o Prefeito tem todas as condições de fazer um planejamento, uma boa arrecadação, quando o Prefeito manda um projeto para cá ele tem que ter a ciência de que ele tem condições de cumprir, principalmente respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é ele que responde, não é essa Casa que responde. Falou que não estão em erro, esse Projeto não é inconstitucional e nem o funcionário responde. Falou que quando tem uma resposta do Ministério Público que sugere ao Prefeito que coloque os plantões que renumere os Conselheiros Tutelar, que pede ao Prefeito que olhe para esses Conselheiros, tem que ter uma sensibilidade maior de analisar o que está acontecendo. Falou que devem dar valor em quem trabalha, sua pessoa não vota, mas da sua sugestão são pessoas que ficam de emergência 24 horas, não tem Secretários andam num veículo que tem de viajar até sem pneus. Disse entender a preocupação dos Vereadores. Falou que quando se nomeia cargos comissionados o estudo de impacto não vem aqui e incidem na folha, então tem que ter esse olhar diferente também para quando o Prefeito contrata, as vezes cargo que nem precisa, então o Prefeito pode e tem como cortar gastos se for o caso. Relatou acreditar na melhora da arrecadação, que o Prefeito conseguirá equilibrar as finanças, honrar a folha em dias, fazer um planejamento e levar a quem precisa. Em aparte o Vereador José Olimpio de Melo falou que está acompanhando os trabalhos do chefe de tributos o João Marangão ele está movendo céus e terra para melhorar a arrecadação do Município, hoje mesmo solicitou para pegar aqui na Câmara alguns mapas e inscrições de terrenos da Faculdade e do Laticínio, porque eles não depositam IPTU. Falou que aumentou muito a arrecadação do IPTU e vai melhorar a arrecadação do Município no mês de Julho e aí a folha desce. Relatou que numa época do ano a arrecadação do Município sobe a o impacto da folha cai. Falou que o Marangão vem fazendo um trabalho excelente. O Vereador Roberto Carlos de Moura disse que em outros setores também o próprio ITR teve uma arrecadação record, a questão da água que também equilibrou e está sobrando recursos. Falou que sua pessoa não tem preocupação quando vem um projeto desse para a Casa e sabe que os Vereadores também tem a capacidade de analisar o Projeto. Falou que devem olhar o outro lado os cargos



comissionados. Relatou que o Prefeito combinou uma coisa com os Vereadores no início do ano e acabou contratando pessoas e isso gera impacto na folha, e não viu nenhum Vereador vir aqui e falar que o Prefeito contratou fulano e sicrano e que deu tal impacto, isso é legal de estarem discutindo também. O Vice Presidente retornou a Presidência ao Presidente titular. Com a palavra o Vereador Jamis Silva Bolandin disse que o Tribunal de Contas tem plantões tem assessores contábeis técnicos que ficam de plantão, eles tiram as dúvidas por telefone, então amanhã liguem lá e passem a posição para a equipe técnica se eles disserem que está legal ótimo. Falou que só Deus sabe se amanhã estará melhor. Em votação o Requerimento foi aprovado por unanimidade. Colocou em discussão a Indicação número onze de dois mil e dezoito do Vereador Renilso da Silva Senhorinho. Com a palavra o vereador Renilso da Silva Senhorinho cumprimentou a todos falou que andou pesquisando Leis. Sobre as questões de lotes sujos, temos o Código de Posturas então está indicando ao Prefeito que cumpra o mesmo, quem determina o valor da limpeza é o Prefeito através de Decreto. Falou que hoje não compensa fazer a limpeza. Disse que tem os lotes sujos, e quem perde com isso é a população. Disse que está indicando que o Prefeito faça o Decreto aumentando o valor da limpeza nos lotes sujos. Falou que se mexer no bolso das pessoas que tem lotes sujos as pessoas irão tomar providencias. Em aparte o Vereador Jamis Silva Bolandin disse que até já falaram com o Prefeito sobre a necessidade de mudar o Código de Posturas, colocar o valor da limpeza, mais 30% do que gastou e colocar no IPTU e deixa calculando. O Vereador Renilso da Silva Senhorinho disse que aumenta o valor da arrecadação, se começar a multar os lotes sujos, as pessoas irão começar a deixar os lotes limpos. Falou que não é possível que o Prefeito não possa fazer um Decreto aumentando o valor para que as pessoas façam a limpeza. Falou que a prefeitura notifica o cidadão dá um prazo de 20 dias, se o cidadão não limpar a prefeitura limpa, coloca o acréscimo em cima e acrescenta no IPTU. Com a palavra o Vereador Joel Ramos Barboza falou que com relação aos terrenos sujos não pode ser conveniente a um proprietário comprar um terreno e esperar que alguém construa ao lado para valorizar o terreno dele. Disse que terreno urbano não é área de preservação, é área de construção. Falou que aqui tem uma cultura de comprar um lote e esperar que alguém construa ao lado para valorizar o lote dele, então não sabe até porque faz uns oito anos que fez indicação, e agora fez novamente sobre o imposto progressivo, notificando e dando o prazo para a limpeza, se não fizer a prefeitura faz a limpeza e agrega ao IPTU um valor alto para que seja inviabilizado que ele permaneça com o terreno sujo. Falou que se tiver que mexer no Código de Posturas que o Prefeito encaminhe para cá, mas que mexam nos bolsos das pessoas para que esses terrenos sejam cuidados. Em votação foi aprovada por unanimidade. Colocou em discussão a Indicação número nove de dois mil e dezoito de Vereadores Diversos – Francisco Ferreira Leite e Renilso da Silva Senhorinho. Com a palavra o Vereador Francisco Ferreira Leite falou sobre a Indicação onde solicitam ao Deputado Valtenir Pereira para que intervenha junto aos Órgãos competentes no sentido de fazer algumas alteração nas regras da Lei sobre a questão de fornecimento de DAP. Disse ter feito essa solicitação ao Senador José Medeiros na reunião que tiveram aqui na sexta feira. Falou da necessidade de ser fornecido o documento para as pessoas maiores de idade que estejam na casa, porque darão mais oportunidade para as pessoas se fixarem no campo, pois terão mais condições de plantar e vender os produtos. Falou que esse é um incentivo para que as pessoas fiquem no



campo, principalmente os da agricultura familiar. Comentou sobre a necessidade de investir e olhar com bons olhos para os agricultores. Relatou que comentou com o Senador sobre a questão das pessoas que pagam as terras do crédito fundiário, onde quem não pagou nenhuma parcela o Governo está fazendo a negociação para acertar as dívidas, e quem já pagou algumas parcelas não estão conseguindo negociar. Fez comentários sobre casos em que o Governo está bloqueando e as pessoas não conseguem créditos nos Bancos. Em aparte o Vereador Renilso da Silva Senhorinho falou que o Governo não tem dado incentivo para o homem do campo, no Estado de Mato Grosso tinham quatorze milhões de reais para o agricultor da Conab e hoje é um milhão para o Estado todo. Falou que Quatro Marcos chegou a ter um milhão e duzentos mil reais do dinheiro da Conab. Falou que essa indicação para três pessoas terem DAP no mesmo terreno é de suma importância. Disse que com certeza o Senador vai levar essa Indicação ao Senado. Em aparte o Vereador Francisco das Chagas de Sousa cumprimentou a todos falou que até ano passado corria risco de ter que deixar o Assentamento porque não pode ter cargo público, toda vez que era notificado se justificava, e um servidor do INCRA foi em sua casa e fizeram um relatório provando e foi reconhecido que é produtor rural. O Vereador Francisco Ferreira Leite falou que é um absurdo, vergonhoso, quer dizer que o cidadão saiu da fila da miséria o Governo bloqueia, a filha e a esposa do assentado não podem estudar, não podem ser professoras, não podem ser funcionárias públicas, não podem ter salários. Falou sobre a visita que fizeram a Conab e foram informados do quanto caiu o valor que o Governo encaminha para o Estado. Falou que comentou com o Senador as dificuldades que os produtores rurais passam. Disse que os governantes deveriam ver com bons olhos os produtores. Relatou que falou a ele da situação do Município com o fechamento do frigorífico e a falta de incentivo por partes do Governo ao homem do campo. Em votação foi aprovada por unanimidade. Colocou em discussão as Indicações números vinte e quatro e vinte e cinco de dois mil e dezoito do Vereador Jamis Silva Bolandin. Ninguém solicitou a palavra. Em votação foram aprovadas por unanimidades. Colocou em discussão as Indicações números dezesseis e dezessete de dois mil e dezoito do Vereador Roberto Carlos de Moura. Ninguém solicitou a palavra. Em votação foram aprovadas por unanimidades. Em seguida deu início ao Pronunciamento livre para os Senhores Vereadores. Todos os Vereadores inscritos dispensaram seus Pronunciamentos. Em seguida deu início a Ordem do Dia. Colocou em discussão o Processo número vinte e um de dois mil e dezoito. Ninguém solicitou a palavra. Em votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo deu início a Explicação Pessoal. O Presidente passou a Presidência ao Vice Presidente. Com a palavra o Vereador Roberto Carlos de Moura cumprimentou a todos agradeceu a Deus que na semana passada deu a oportunidade de estarem juntos com os Vereadores, com os produtores rurais e com o Senador da República José Medeiros. Ele pediu para os produtores terem paciência e dessem um tempo. Falou que a questão é complicada, quando se fere direitos o Senador acompanha, ele é líder da bancada do Estado e se colocou a disposição para ajudar. Relatou ser importante ter essas pessoas que tenham cuidados com a população, ele veio aqui e ele ouviu a todos. Falou que está havendo uma ação política de Secretários do Estado, Governador, Senadores e Deputados ao qual estão negociando o aumento do FEX, que de acordo com a Lei Kandir é o Fundo de Amparo de Exportação e está se colocando que Mato Grosso pode estar recebendo até quinhentos milhões de reais por mês, então Mato



ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos

Av. Sergipe, 1156 - Centro - CEP 78.285-000 - Fones: (65) 3251-1440 e 3251-1142 - E-mail: camara@camarasaojosedosquatromarcos.mt.gov.br

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ VALVERDE FILHO
SALA DAS SESSÕES SALVADOR GARCIA GAMARRA

026

Grosso que recebia em torno de um bilhão e novecentos milhões de reais por ano. Falou que devem ser otimista. Relatou que esse FEX também entra para os cofres do Município, tomara que dê certo e que esse recurso entre para os cofres do Estado e do Município. Os demais Vereadores inscritos dispensaram seus Pronunciamentos. Em seguida o Presidente lembrou os Vereadores da Audiência Pública dia 17 de Maio as 15:00 horas onde a Secretaria Municipal de Saúde estará fazendo as prestações de Contas do 3º Quadrimestre de 2017. Não havendo nada mais a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e a proteção de Deus, e assim ficou encerrada a presente Sessão, e eu Ademilson Martins Bonfá lavrei e conferi a presente Ata que foi lida e aprovada será assinada pelo Presidente, Primeiro Secretário e demais Vereadores. SALA DAS SESSÕES "SALVADOR GARCIA GAMARRA". AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.

ROBERTO CARLOS DE MOURA: _____

ADEMILSON MARTINS BONFÁ: _____

SERGIO OLIMPIO GIUFRIDA: _____

RENILSO DA SILVA SENHORINHO: _____

ADONIAS IZIDORIO SOARES: _____

JAMIS SILVA BOLANDIN: _____

JEFERSON EMANUEL GOMES FERNANDES: _____

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA: _____

JOEL RAMOS BARBOZA: _____

FRANCISCO FERREIRA LEITE: _____

JOSÉ OLIMPIO DE MELO: _____